

Comunicação e epistemologia: retrato em branco e preto

Communication and epistemology: portrait in white and black

Lucrécia D'Alessio Ferrara

ldferrara@hotmail.com

Professora livre-docente pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. É professora titular emérita da PUC-SP e professora titular aposentada da USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Atualmente exerce a função de professora titular junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Universidade Católica de São Paulo.

Resumo

O objetivo desse artigo é estudar a relação que se estabelece entre a evolução dos meios técnicos da informação e suas consequências para a comunicação e sua epistemologia. Como hipótese, entende-se que aquela evolução produz uma transformação fenomenológica e ontológica do conceito de comunicação, ao mesmo tempo que evidencia a relação genealógica entre comunicação e política, observável do ponto de vista empírico e epistemológico. Nessa genealogia, encontram-se as raízes dos retratos daquela relação nas suas possibilidades de ação e construção dos laços comunicantes. Nesse sentido, comparam-se a comunicação tecnomidiática e sua política de controle de valores e comportamentos e o comunicar dialogante que propõe outra característica política para a comunicação como área científica.

Palavras-chave: comunicação, epistemologia, fenomenologia, ontologia, política.

Abstract

The aim of this work is to study the relations that are established between the evolution of technical information media and its consequences for communication and its epistemology. As an hypothesis, it is proposed that this evolution produces a phenomenological and ontological transformation of the concept of communication and, simultaneously, reveals the genealogical relation between communication and politics, which can be observed from an empirical and epistemological standpoint. In this genealogy are found the roots of the portraits of that relation in its possibilities of action and construction of communicational bonds. In this sense, it is possible to compare techno-mediatic communication and its policy of control of values and behaviors and a dialogue-based communication that proposes other political characteristics for communication as a scientific area.

Keywords: communication, epistemology, phenomenology, ontology, politics.

1 Comunicação e epistemologia

Qual é a epistemologia da comunicação ou de que se ocupa a epistemologia da comunicação?

As respostas a essas questões se multiplicam e, na sua variedade histórica, não há consensos ou equilíbrios de pontos de vista. Epistemologia e comunicação se confrontam em positivo e negativo, como um retrato no qual se distinguem diferentes relações comunicativas e, em consequência, notáveis dimensões epistemológicas que interferem no conceito de comunicação e nas divergências ou convergências que se estabelecem entre os dois territórios. Ou seja, comunicação não se confunde com epistemologia,

pois entre ambas há diferenças conceituais, empíricas e ontológicas.

Entretanto, é frequente observar a tendência a entender a epistemologia como elemento inerente ao modo de produzir comunicação, sem que se perceba que, quando se observa o modo como se pode entender a característica que define a comunicação como área científica, ambas, comunicação e epistemologia, apresentam-se como dois territórios com implicações metodológicas distintas e cada vez mais exigentes do ponto de vista das possíveis hipóteses convergentes e divergentes para a definição de uma e outra.

Nesse sentido, não é possível esperar que a epistemologia produza definições, métodos de pesquisa ou

teorias que sustentem a autonomia da comunicação como área científica. Mais do que afirmar um conceito, cabe à epistemologia duvidar e interrogar o modo de produção comunicativo, seus interesses e compromissos sociais, seus objetivos performáticos ou não, sua dimensão tecnológica que permite que se confunda meio técnico e comunicação, sua utilidade pragmática do ponto de vista social e cultural, sua atualidade ou sua origem ancestral, sua atuação neutra ou comprometida, sua regularidade histórica ou sua imprevisibilidade atemporal, seu descompromisso produtivo ou sua dimensão política, seu poder controlador das subjetividades ou sua possível atuação como força de transformação do mundo. Não cabe à epistemologia oferecer respostas corretas e confiáveis para a pesquisa em comunicação, mas oferecer-lhe argumentos que sustentem a eficiência empírica das dúvidas que pode sugerir. Cabe à epistemologia arguir a comunicação, sem oferecer-lhe *a priori* respostas que poderiam apontar para a produção do conhecimento como certeza.

No horizonte dessa dúvida, cabe indagar: que realidades são reveladas ou escondidas pelos retratos com os quais a comunicação povoa nosso cotidiano? Como têm evoluído esses retratos ou como é possível entender, nessa evolução, distintas maneiras de entender a comunicação? Cabe indagar o retrato que pode se apresentar em positivo ou em negativo, um retrato que afirma a comunicação como área científica autônoma e outro que a situa no coração do conhecimento contemporâneo, cada vez mais incerto, inseguro e em transformação, entendendo-se esses adjetivos como formas de produção de conhecimento. A necessidade de entender o sentido que se pretende alcançar com a necessidade de definir a comunicação como área autônoma estimula a pergunta que sua epistemologia deve fazer-se a fim de alcançar seus limites ou suas fronteiras científicas, a definição do seu retrato ou as condições porosas das suas possibilidades científicas. À epistemologia da comunicação cabe a formulação de perguntas.

2 Comunicação como retrato a reproduzir

Oficialmente, o início da comunicação como área científica converge para as primeiras décadas do século XX e está relacionado à “informação, educação e entretenimento” (Briggs & Burke 2004, p. 193), que constituem uma tríade definidora do cotidiano social e cultural europeu e norte-americano da primeira metade do século XX. Essa tríade assinala um modo de vida hegemônico e redundante que confunde o objeto da comunicação com seus objetivos, ou seja, o acesso à informação, educação e entretenimento é entendido como objetivo a se desenvolver em programas estáticos, únicos ou monovalentes.

Nesse sentido, os meios técnicos, inicialmente caracterizados pela imprensa como fator de democratização social, foram considerados instrumentos educacionais restritos ao domínio da escolaridade e produtores ou transmissores de informação, entendida como invariante de âmbito universal (Logan, 2012, p. 8). O triunfo daquela tríade inaugura oficialmente a emergência da mídia que acaba por se confundir com a própria comunicação, pois a reduz ao próprio meio e suas engrenagens tecnológicas. Para o século XX, comunicação é mídia, e seu reconhecimento se confunde com sua eficiência receptiva ou com o impacto do seu espetáculo midiático.

Esse foco conceitual se apresenta como fonte de notável e volumosa produção bibliográfica, cujos títulos evidenciam a quase insuperável tendência de estudar comunicação como mistura entre tecnologias, público entendido como massa e informação como funcionalidade do próprio meio ou relevância transmissiva que Shannon e Wiener traduziram em quantidade definida matematicamente (Logan, 2012, p. 24).

Na compreensão da tríade – informação, educação, entretenimento – observa-se que os três polos não surgem relacionados ou inerentes à natureza dos meios técnicos, mas são metas a serem alcançadas progressivamente, à medida que aqueles meios se especializam e se diversificam na consecução das respectivas capacidades midiáticas. Portanto, se, para o século XX, comunicação é mídia, ela é entendida não pela natureza do seu possível objeto científico, mas pela natureza dos efeitos que, produzidos tecnologicamente, garantem a estabilidade da informação definida como única e apta a ser objetivamente medida.

Entender comunicação como mídia significa admitir que o público ao qual a informação se destina é igualmente único, estático e passivo no consumo de uma informação que lhe surge amena, porque se apresenta sob a forma de entretenimento. Comunicação é mídia e entretenimento, e o público é massa a moldar.

Aqui está a gênese da célebre teoria da indústria cultural que convulsionou a década de 40 do século XX e deu origem a célebre enfoque teórico e crítico que influenciou o nascedouro da comunicação como área científica.

A crítica radical desenvolvida pela Escola de Frankfurt ao entendimento da comunicação como instrumento utilitário a serviço de interesses mais empresariais do que informacionais assinala sua dificuldade para a produção científica autônoma:

A Escola de Frankfurt projetou sua crítica da manipulação cultural como um ataque não só ao fascismo (como se a alguma coisa em si mesma) mas essencialmente como um ataque ao capitalismo monopolista como um todo [...] É essa noção de totalitarismo que informa a avaliação feita pelo Instituto da Cultura Popular como uma força manipulativa. Num de seus últimos ensaios na Zeitschrift,

Horkheimer justapõe as categorias de “divertimento popular” e “indústria cultural”, como categoria mediadora [...] o que a Escola de Frankfurt ataca não é o desenvolvimento da cultura de massas qua cultura de massas, mas a forma repressiva específica assumida pela cultura de massa ou a ela imposta, sob os auspícios do capital monopolista (Slater, 1978, p. 177).

Entretanto, é na análise desse objeto científico técnico-midiático que se encontram os elementos essenciais do retrato positivo, hegemônico e explícito que a comunicação projeta de si mesma. Enquanto dirigida a um público entendido como massa, a comunicação é quantitativa e seu sucesso depende da expressividade daquele número, passível de ser aferido através de metodologias que encontram, na estatística, seu grau de confiabilidade mais expressivo. Além da quantidade, essa comunicação obedece aos mesmos padrões que impulsionaram a industrialização mecânica e garantiram seu desenvolvimento, também assinalado pela quantidade produtiva e assegurado por metodologias voltadas para a produção em linha de montagem e em série. Nesse sentido, as primeiras manifestações da comunicação tecnomidiática seguiram o modelo fordista que assinalou o desenvolvimento produtivo da indústria e consagrou o capitalismo como meio condutor da multiplicação da riqueza.

Enquanto produção voltada à reprodução, a comunicação tecnomidiática é reiterativa e, com essa tendência, tende à configuração de modelos que podem se repetir em todos os meios técnicos e se tornam normas de entretenimento, além de difundir padrões de valores e comportamentos. Ou seja, reiterativos e imitativos, aqueles meios vão do jornalismo à TV, e suas informações são entendidas como regularidades que, previsíveis, podem ser repetidas e reiteradas. Desse modo, a informação transmitida é reiterativa e surge como verdade inquestionável, capaz de produzir hábitos, através dos quais a comunicação é reduzida aos impactos sensíveis daquelas informações produzidas à distância. Na diversidade dos meios técnicos, não se observa, propriamente, a diferença tecnológica que os caracteriza, mas admite-se, entre eles, uma eficiência transmissiva. Desse modo, os meios técnicos se alternam ou se substituem: a fotografia substitui a pintura, assim como o cinema e o rádio parecem ser substituídos pela televisão, que, através de um tubo catódico, invade o espaço privado e tende a absorver aquela percepção comandada pela distância entre emissor e receptor.

Enquanto quantidade que se define pela reiteração, o receptor parece passivo e submisso à hegemonia enunciativa do emissor, enquanto os meios técnicos parecem se substituir como regularidade, pois são entendidos como previsibilidade a comandar uma comunicação padronizada e reprodutiva. Os meios técnicos se duplicam e se expandem. A comunicação se confunde com a técnica

e passa a ser identificada pelo meio que a representa, enquanto ela própria divulga e constrói um mundo imaginário, dominado pelo padrão social, econômico e político e identificado com o capitalismo fordista e pós-fordista. Em evidente aversão semiótica pela inventividade da linguagem, essa comunicação se configura pela reprodução que se expande entre os meios técnicos: nesse sentido, é possível pensar que comunicação é mídia e assim deve ser entendida, se quisermos concretizar o roteiro de autonomia científica da área.

3 O poder da comunicação tecnomidiática

Mediada tecnicamente, a comunicação apresenta um retrato positivo que torna possíveis as evidências do seu sentido, claramente enunciado por um emissor que a toma como instrumento. É evidente que esse enunciado tem sua genealogia marcada pela hegemonia do canal emissor. Mas como se manifesta esse poder e em que consistem suas consequências sociais e culturais?

Ante essa pergunta, é indispensável voltar ao conceito de informação que já foi apresentado no tópico anterior. Com grande clareza, Robert Logan invade o território conceitual e histórico da informação para afirmar, com Shannon,

que a informação é definida como a medida de redução da incerteza para um receptor. Para Shannon, a quantidade da informação é inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência daquela informação (Logan, 2012, p. 27).

Ou seja, a informação é quantitativa, previsível, regular, e a garantia desse modo de informar depende da eficiência de controle da incerteza, pois, entropicamente, a informação pode deixar-se influenciar por ela e perder sua exatidão. Portanto, para Shannon, a informação é avessa à mudança, ou seu conceito de entropia é exatamente aquele que se confunde com a negatividade produtiva e multiplicativa da informação. Ante esse ponto de vista, a informação é uma certeza e um controle capaz de evitar tudo aquilo que foge à sua desejada regularidade.

Fiel à matriz que a relaciona com o desenvolvimento industrial e suas características sociais e culturais, a comunicação tecnomidiática se apresenta como instrumento de controle enunciativo midiático, organizado como captura da eficiência informacional e como previsibilidade de comportamentos apresentados como adequados, normativos e indiscutíveis. Nesse sentido, a comunicação tecnomidiática é um modo de controle que se processa como poder enunciativo de alguém ou de uma instituição que, como emissora, apresenta-se na sua singularidade

e se destina à superação de qualquer imprevisível diferença. Essa tendência controladora da comunicação tecnomidiática aproxima, mais uma vez, do capitalismo que se reproduz na tendência à manutenção do único e do padrão reprodutivo. Se a comunicação tecnomidiática é mídia, seu poder se configura como controle da diferença e, portanto, como agente de um espaço estriado marcado pela norma:

A integração e a diferenciação das novas forças, das novas relações de poder, se faz graças às novas instituições (a opinião pública, a percepção coletiva e a ação à distância). Nas sociedades de controle, as relações de poder se expressam pela ação à distância de uma mente sobre outra, pela capacidade de afetar e ser afetado pelos cérebros, midiaticizada e enriquecida pela tecnologia... As instituições das sociedades de controle são assim caracterizadas pelo emprego das tecnologias de ação à distância, mais do que pelas tecnologias mecânicas (sociedades da soberania) ou termodinâmicas (sociedades disciplinares) (Lazzarato, 2006, p. 76).

O controle confirma a informação tecnomidiática como previsibilidade quantitativa de um padrão redundante e define a comunicação como “máquina de expressão” entendida como “monolinguismo” (Bakhtin, 1970). Monolinguismo é outro modo de referir a relação linear que estabelece, do ponto de vista epistemológico, a relação unívoca entre causa e consequência que, por sua vez, identifica-se com aquela previsibilidade, subentendida na mimese de um valor padronizado. Desse modo, aquele enunciado que se apresenta como controle é, também, o instrumento imunizador da recepção da mensagem, assim como é o agente autoimunizador do próprio poder tecnológico que, como invariante, apresenta-se em sua totalidade técnica. Nesse viés, a enunciação surge distante da complexidade que prevalece na tecnicidade (Simondon, 2007, p. 90) que permite ao homem reconhecer-se como senhor da técnica, com possibilidade de nela intervir e dela se utilizar.

Nesse controle imunizador, mais uma vez se confirma o papel político da comunicação tecnomidiática, sem considerar que ele se confunde com os efeitos configurativos e espetaculares que tornam a mídia cativante, aos olhos e às mentes. Mais uma vez se confirma, como efeito da comunicação, a inversão entre objeto científico e os objetivos a atingir. A comunicação se transforma em crença que se fundamenta na mídia e a confunde com controle da expressão, dos modos de pensar, do léxico padronizado e da informação como segurança. Um retrato positivo de uma comunicação tecnomidiática que parece nada esconder, porque sua forma de controle adere à própria configuração semiótica e espetacular que a define.

4 Comunicação e seu retrato em negativo

Esse retrato em negativo é uma estranha comunicação sem código e um desafio epistemológico. A incerteza substitui o espaço do código que tudo padroniza e tudo garante, e entra em cena a questão da informação como elemento que, ao contrário do que ocorre com a comunicação tecnomidiática, desenvolve-se nos intervalos ou fissuras da certeza.

Mais uma vez, o conceito de informação pode ser lembrado, mas entendendo-o não como vetor do valor numérico da informação, mas como possibilidade de diferença. Ou seja, a informação é a diferença que faz a diferença, conforme Bateson (2006, p. 256), mas em que consiste, se a pensarmos no território da relação entre informação e comunicação?

Robert Logan traça clara distinção entre informação como certeza de quantidade e informação como organização, entendendo-a como algo que supera um simples sinal padronizado e a substitui pela configuração que faz a diferença. Dessa maneira, entende-se que a informação nada informa como certeza, mas, ao contrário, evidencia-se ao operar com possibilidades imprevisíveis de organização, que se acrescentam à própria informação. Ou seja, mais do que a quantidade e certeza daquilo que informa, prevalecem a qualidade do modo de informar, sua organização ou sua configuração semiótica.

Evidentemente, essa constatação de Logan se apoia nas propostas da segunda cibernética que prevê, na organização, o significado da informação como diferença que faz a diferença, pois tende a crescer em complexidade, na medida em que aumenta exponencialmente sua potência de informar ou conferir significados a significados. Como consequência, cria-se um ambiente diretamente relacionado ou confundido com um contexto: informa-se sobre algo que acrescenta informação ao contexto que lhe é referência. Dessa maneira, informação é organização contextualizada e significado de diferenças.

Apoiado na segunda cibernética, o segundo conceito de informação proposto por Logan introduz a comunicação no território da segunda lei da termodinâmica que, como um sistema aberto constituído por variáveis, cresce através da entropia que agencia aquele significado. Nessa introdução, observa-se clara crítica ao papel daquela comunicação que, padronizada, apresenta-se mais como um dado matemático do que como linguagem que se acrescenta à informação e a modifica.

Nessa crítica, subjaz a dúvida ou a pergunta: comunicação é midiática? Ou a comunicação que se apresenta organizada na linguagem e acrescenta diferenças de informação ao contexto já não pode ser considerada midiática, pois vai muito além dos pressupostos enunciativos estabelecidos por uma fonte emissora? Ao configurar-se como diferença semiótica, a comunicação não é mimese

de reações induzidas, mas se apresenta como linguagem que transforma o enunciado e o entende em dupla mão, ao transformar o receptor em outro e novo emissor? Se mídia e comunicação já não são a mesma coisa, a comunicação já não é um nome, mas um predicado da ação: a comunicação se transforma no comunicar. Substitui-se a pretensa neutralidade do poder tecnomidiático e observa-se que comunicação não é significante hegemônico e vazio de sentido.

5 O retrato subjacente ao comunicar

Em negativo, esse retrato não é autoevidente ou auto-explicativo pela sua natureza ou pressupostos. Ao contrário, é sutil ao desenvolver-se na tessitura dialogante de um enunciado caleidoscópico no qual tudo pode mudar de lugar, tudo pode esconder ou tudo revelar.

Nesse panorama, a genealogia do comunicar se apoia em duas categorias básicas: a multiplicidade e, mais uma vez, suas diferenças. Substitui-se a previsibilidade pela similaridade que, imprevista, convida ao múltiplo inferencial e, portanto, distante de uma episteme totalizante e definitiva. Passageira nas suas diferenças, a epistemologia do comunicar se faz aderente a um foco de análise genealógico que a define como resistência feita para superar a epistemologia dos valores definitivos que, como forma de poder, encontra-se confinada no território tecnomidiático. Mais do que histórica e tecnicamente situado, o comunicar é variável que se multiplica e se transforma a cada configuração e revela-se como acontecimento inigualável e distante daquilo que se transformou em hábito de ver, ouvir ou reproduzir.

Como genealogia sem fixa origem epistemológica, o comunicar atua com a comunicação tecnomidiática, por contraste. Entretanto, isso não quer dizer que o comunicar não atue tecnicamente; ao contrário, utiliza a técnica, mas não se deixa instrumentalizar por ela e, portanto, torna evidentes as estratégias de imunização da comunicação que se propõe como controle e padrão de todo processo de recepção. O compromisso político da epistemologia do comunicar não ocorre como controle da vida; ao contrário, substitui o poder imunizador do controle pela multiplicidade que, embora submissa à constante diferença contextual, está voltada para a construção de outra recepção.

Nessa diferença, o enunciado é partilhado e dialógico (Bakhtin, 1970), na medida em que são subvertidos os papéis do enunciador como poder do discurso e do receptor passivo que, como massa, não é senão um número. Se poder imunizador e controle são os artifícios de uma política de poder sobre a vida, aquela diferença dialógica está voltada para a biopolítica da vida construída na e pela

multiplicidade coletiva que, tecnicamente propagada, dá origem ao público como categoria inaugurada por Tarde (2005) e redesenhada por outros autores, como Lazzarato:

A divisão da sociedade em públicos “superpõe-se cada vez mais visível e eficazmente às formas de divisão religiosa, econômica, estética, política” sem contudo substituí-la. No “meio elástico” da cooperação entre cérebros e das relações intercerebrais, os públicos desenham flutuações e bifurcações que desestruturam as segmentações rígidas e unívocas representadas pelas classes e grupos sociais (Lazzarato, 2006, p. 78).

O público substitui as classes e as massas como categorias descritivas do social, pois, ao contrário, apresenta-se na plasticidade múltipla de algo inacabado ou sujeito a inúmeras variedades, conforme a capacidade inventiva e a volubilidade da sua persuasão. Como outras categorias epistemológicas do comunicar propostas por Tarde, a invenção e a imitação sedimentam e expandem o público que, agora, utiliza a técnica como instrumento de sua expansão. Entretanto, ele a desterritorializa porque, a partir dela, já não se observa o poder controlador tecnomidiático que se apoia no espaço entre comunicação e técnica, até confundir os dois em uma só unidade de poder e controle.

O público que se expande tecnicamente já não é um significante vazio, pois sua tendência à multiplicidade o reinventa em cada gesto, palavra ou enunciado que se propõem como imitações singulares porque, através delas, nada se imita, mas tudo se reinventa como descoberta de outra potencialidade submersa. Mais do que imitação organizada, o público procura propagar-se (Tarde, 2005). Sua tecnologia se apresenta como um instrumento dialogante denominado conversação, que se instala e se realiza na troca intersubjetiva e pela própria construção das subjetividades:

O corpo do outro é um corpo exterior, cujo valor eu realizo de modo intuitivo-manifesto e que me é dado imediatamente [...] Minhas reações volitivo-emocionais ao corpo exterior do outro são imediatas, e só em relação ao outro eu vivencio imediatamente a beleza do corpo humano, ou seja, esse corpo começa a viver para mim em um plano axiológico inteiramente diverso e inacessível à auto-sensação interior e à visão exterior fragmentária [...] Neste sentido, o corpo não é algo que se baste a si mesmo, necessita do outro, do seu reconhecimento e da sua atividade formadora. Só o corpo interior – a carne pesada – é dado ao próprio homem, o corpo exterior é antidado: ele deve criá-lo com seu ativismo (Bakhtin, 2011, p. 47-48).

É esse corpo do outro que está implícito no enunciado dialogante e é a construção do outro na minha subjetividade que permite o pertencimento a um coletivo; desse modo, o comunicar apresenta não apenas uma implicação epistemológica, mas também ontológica, na medida em que funda sua genealogia nesse encontro de subjetividades singulares e comuns, privadas e públicas, unificadoras e múltiplas, corpos e mentes comunicantes em sistemas abertos e coletivos. Esse é o mapa do contemporâneo que cultiva a memória dos seus passos, a fim de ser possível encontrar os fundamentos daquela construção coletiva.

Por que a crítica radical da imunização praticada pelo controle tecnomidiático constitui elemento fundamental para entender a construção dialogante do comunicar? Se o salto perceptivo é essencial para a apreensão epistemológica da diferença entre multiplicidades, aquela crítica é o fundamento ontológico que permite perceber a diferença entre a comunicação como captura de corpos e mentes e aquela que os reconstrói, na medida em que os descobre como possibilidades ontológicas a evidenciar acontecimentos insuspeitos e incontroláveis. É nessa potencialidade que se registra aquele ponto de vista ontológico que aponta o comunicar como virtualidade à espera de atualização possível e jamais necessária. Abre-se outro tempo epistemológico e ontológico para a comunicação construída por enunciados partilhados.

6 A comunicação descentralizada

A comunicação tecnomidiática apoiou-se na tríade informação, educação e entretenimento, e a comunicação dos enunciados partilhados apoia-se em outra tríade: a percepção, a invenção e a memória. Já observamos que, na comunicação tecnomidiática, a informação foi estudada e desenvolvida como forma matemática que permitia quantificar a informação transmitida e pronta a ser absorvida pela passividade de um público-massa; a informação dosada e medida era, apenas, uma forma de manutenção do equilíbrio ou simetria entre a emissão como poder hegemônico da comunicação e a recepção, que deveria ser imunizada nos seus possíveis desequilíbrios culturais e sociais e, para tanto, devia ser controlada. Na realidade, a informação como medida de transmissão é o instrumento do controle imunizante da comunicação tecnomidiática.

Nas últimas décadas do século XX e com o desenvolvimento da tecnologia digital, já não se pode falar em comunicação tecnomidiática como matriz de controle imunizante da recepção. Descentralizadas nas suas esferas de emissão e de recepção, as novas tecnologias da informação desenvolveram, do ponto de vista comunicativo, um conjunto de mídias distintas, lideradas pela internet. Ou seja, as mídias que utilizam a internet não produzem, em si mesmas, a descentralização do controle emissor; ao

contrário, podem reproduzir a centralização que caracterizou o controle midiático da comunicação anterior, evidenciando, porém, que não são as tecnologias em si mesmas que produzem o controle imunizador, mas o modo como permitem que seja conceituada a comunicação.

Se a vertente tecnomidiática entendia a comunicação como forma de controle hegemônico de linguagem emissiva, as novas tecnologias da comunicação permitem outra compreensão do seu conceito. Se a comunicação tecnomidiática apoiava-se em um sistema fechado de transmissibilidade da mensagem, liderado pela hegemonia do enunciado emissor que se dirigia à quantidade-massa, as novas tecnologias da informação apresentam-se descentralizadas e, em sistema aberto, fazem do receptor um coadjuvante do emissor, ocupando, frequentemente, seu papel. Altera-se o conceito de comunicação, que passa de um sistema fechado feito para ser transmitido para atingir o lado mais complexo da informação que, em entropia, se processa em sistema aberto e se amplia na mesma medida da sua descentralização. Ou seja, já nada se transmite, pois todos são emissores descentralizados, que se distanciam do controle.

Entretanto e de modo semelhante ao que ocorre com a comunicação tecnomidiática, o conceito da comunicação contemporânea também se apoia em outra tríade que encontra na relação percepção e invenção sua chave mestra, para abrir um sistema que desenvolve a atenção e a memória. Informação, educação e entretenimento são substituídos por percepção inventiva, atenção e memória.

Disponível tecnologicamente, a informação se oferece indeterminada e pronta a ser ampliada pela atenção operativa, mas seu desenvolvimento independe da característica analógica ou digital, pois o que entra em cena é a organização da informação entendida como nova configuração. Nada se comunica, pois tudo é comunicável, se organizado pela atenção perceptiva que inventa ao descobrir, em tempo real e espaço planetário, outra memória, decorrente mais da imponderabilidade do futuro imaginado do que da duração do passado. Essa memória é, portanto, operativa e transformativa e não se confunde com arquivos de lembranças. A substituição da comunicação midiática pela interação descentralizada inaugura outro cotidiano e outro sentido para a comunicação e para a informação mobilizadas, agora, não mais pela quantidade de receptores a atingir, mas pelo salto de qualidade inventiva que pode produzir. Descentralizada, essa comunicação é, virtualmente, plural nas suas intenções, nas suas partilhas e na sua linguagem, sempre heterogêneas, dialogantes e em fluxo.

7 Comunicação e alteridade

Hardt e Negri não hesitam em denominar essa nova realidade comunicativa de Império (2006) e com esse

nome dar origem a outra maneira de pensar a comunicação, nas suas consequências culturais e políticas. A comunicação descentralizada apresenta, como um império, uma geopolítica desterritorializada e expansiva, porque planetária: cada vez menos nos comunicamos e cada vez mais somos comunicantes através do tato e do contato entre corpos mobilizados tecnologicamente, embora distantes de qualquer forma de decisão controlada e imunizante da vida. Evidentemente, esse é o território utópico que a comunicação contemporânea nos apresenta. Utopia como verdade possível de realização, quando estamos disponíveis para inventá-la.

Essa comunicação se constitui como utopia de possibilidades e assume essa configuração não pelo caráter utópico, mas pela sua dimensão de simples possibilidade. Ou seja, coloca-se no horizonte de simples utopia apenas possível e não necessária, porque supõe a superação de um hábito midiático, que vai da passividade ante a manipulação ao consentimento exploratório que, paradoxalmente, permite e confunde efeito com recompensa, garantida pela visibilidade midiática.

Esse caráter utópico apresenta, para a epistemologia da comunicação, a necessidade de elaboração de hipóteses heurísticas que podem reinventar o caráter midiático e superar o impasse a que a adesão empresarial ao neoliberalismo condenou a comunicação em suas diversas modalidades; sobretudo aquela comunicação tecnomidiática de invasão do espaço privado e da subjetividade apoiada no entretenimento que encontra sua melhor forma transmissiva na exploração da configuração narrativa feita de palavra, som, imagem, cor, movimento.

A resposta ao convite epistemológico que pode responder ao desafio daquela utopia leva não só à elaboração de hipóteses heurísticas mais ou menos incertas, mas também a reinventar o domínio empírico da comunicação, propondo a observação como estratégia epistemológica que permite aproximar, comparativamente e à guisa de teste empírico, hipóteses heurísticas apenas possíveis com as certezas descritivas daquela outra comunicação que se manifesta através de efeitos celebrados e facilmente reconhecidos. Evidentemente, essa empiria heurística se propõe como exigência inventiva para uma comunicação de estranhos efeitos que encontra, na retórica do oxímoro, sua configuração mais clara: trata-se de efeitos imprevisíveis.

Nessa improvável eficiência de uma nova ciência dos efeitos, não se propõe que a comunicação deixe de ser midiática, mas que passe a se registrar como irregular nos seus efeitos e, sobretudo, não reduza a visibilidade midiática ao instrumento de manipulação que transforma o trabalho de produção de ideias ou do novo em submissão consentida da exploração da força de trabalho:

*El poder disciplinario no está dominado del todo por la negatividad. Se articula de forma **inhibitoria** y no*

permissiva. A causa de su negatividad, el poder disciplinario no puede describir el régimen neoliberal, que brilla en su positividad. La técnica de poder propia del neoliberalismo adquiere una forma sutil, flexible, inteligente, y escapa a toda visibilidad. El sujeto sometido no es siquiera consciente de su sometimiento. El entramado de dominación le queda totalmente oculto. De ahí que se presume libre (Byung-Chul Han, 2014, p. 28).

Vislumbra-se, para a epistemologia da comunicação, a necessidade de considerar a dominante biopolítica que adere a uma comunicação mais inventiva do que transmissível, mais clara como possibilidade dos seus resultados do que como certeza dos seus efeitos, mais como invenção heurística de hipóteses de análise empírica do que como certezas teóricas que, aplicadas à realidade, procuram reiterar uma forma de a explicar, mais do que considerar suas inseguras possibilidades de mudança.

Para tanto, propõe-se uma epistemologia da comunicação que se deixa atrair mais pela invenção e pela mudança que a experiência da memória do passado, reconfigurado pela crítica do presente, pode sugerir. Empiricamente, a epistemologia da comunicação é mais invenção como presente transfigurador da memória da comunicação técnico-midiática do que confirmação de teorias ou celebração de certezas. A epistemologia da comunicação nada ensina, pois sempre é possível e sedutor inventar.

8 A comunicação como mídia interativa

Navegar significa operar continuamente conjunções e disjunções de fluxos. Ao entrar em uma rede, estabelecemos uma relação de apropriação unilateral ou recíproca, de cooperação empática ou mesmo de oposição com outras mônadas. A internet é uma apreensão de apreensões, uma captura de capturas de corpos-cérebros, unilateral ou recíproca (Lazzarato, 2006, p. 181).

A citação de Lazzarato tem dupla intenção. Em primeiro lugar, é indispensável observar que ela está diretamente relacionada à linguagem plurilinguística do diálogo proposto pela visão de vanguarda de Bakhtin, em plena Revolução Russa no início do século XX. Em segundo lugar, é necessário considerar que o conceito de rede não está relacionado simplesmente à tecnologia digital, como tem sido apontado em bibliografias recentes (Castells, 1999); ao contrário, sua memória remete, como assinala Bakhtin, a um passado de quase um século, embora assuma, na realidade tecnológica das novas formas de informação, uma densidade comunicativa pelo que pode sugerir como hipótese heurística do momento presente. Em entrevista

instigante e com a intenção de entender os significados marcantes do 11 de setembro, Derrida (Derrida, 2004, p. 147) levanta a hipótese de produzirmos uma desconstrução dos eventos, a fim de questioná-los e ser possível entender o que lhes pode estar subjacente.

Embora não interesse a esse trabalho recuperar o exausto debate daqueles significados, interessa a proposta de desconstrução proposta pelo filósofo, porque nos leva a perguntar: qual é o significado das redes digitais para a comunicação contemporânea ou por que se recupera o dialogismo de Bakhtin, para analisá-lo em outro contexto comunicativo e, sobretudo, cultural? Ou seja, em que medida as novas tecnologias da informação permitem ou sugerem rever a dimensão midiática da comunicação?

As respostas a essas perguntas nos encaminham para o cerne da questão política que está presente em qualquer contexto comunicativo, seja na atmosfera de uso dos corpos, como ocorre com a dimensão tecnomidiática, seja como descoberta da vida, como aparece ou pode ocorrer com a comunicação produzida pelas novas tecnologias da informação.

A desconstrução proposta por Derrida não equivale a buscar uma genealogia definitiva e imóvel para uma ciência totalizante; ao contrário e conforme o que vem sendo proposto nesse trabalho, refere-se à análise da comunicação como resistência a uma ciência que se delinea como valor definitivo e, portanto, como poder. Entende-se a comunicação que se propõe como ciência crítica da cultura ao construí-la e como revisão constante do que podemos considerar como comunicante; ou seja, não é a mídia que constitui a comunicação e não é a primeira que faz a segunda ocorrer, embora o espetacular midiático surja como fator convincente da comunicação. Paradoxalmente, é exatamente a procura dessa autonomia científica que o diálogo de Bakhtin e a tecnologia da informação como organização e significado do que se quer dizer propõem como objeto de estudo:

Há, de fato, uma lógica da política. Mas essa lógica deve ser fundada na dualidade mesma do logos, palavra e contagem da palavra e deve ser referida à função específica dessa lógica [...] Perder de vista essa dupla especificidade do “diálogo” político é encerrar-se em falsas alternativas que exigem uma escolha entre as luzes da racionalidade comunicativa e as travas da violência originária ou da diferença irreduzível. A racionalidade política só é pensável de maneira precisa se for isolada da alternativa em que certo racionalismo quer enclausurá-la: ou a troca entre parceiros que colocam em discussão seus interesses ou normas, ou a violência do irracional... Assim a pragmática da linguagem em geral (as condições necessárias para que um efeito faça sentido e efeito para quem o emite) forneceria o telos da troca razoável e justa (Rancière, 1996, p. 55-56).

Nessa ciência que resiste ao poder emissor, a informação como organização de um significado dialogante só pode aparecer como hipótese de possibilidades que só se concretizam se plasmadas pela intenção interativa. O mundo comum, constituído pela interlocução, pode ser construído pelo diálogo da heterogeneidade comunicativa?

A resposta a essa pergunta exige uma desconstrução da comunicação como soberania midiática, levando-a a assumir seus limites e ingenuidades de poder.

9 A mediação entre mentes e corpos

Essa mediação deslocada da mídia inaugura outro espaço comunicativo que precisa ser entendido como sem lugar que, embora heterotópico, é construtor de lugares possíveis. Tal é o sentido da mediação que se enuncia como futuro ou como realidade a vir a ser, se admitirmos que não é a visibilidade midiática que orienta nossa comunicabilidade, mas é sua ausência que possibilita nos descobrirmos como comunicantes e em mediação de constante aprendizado com as mídias, através delas e, sobretudo, apesar delas.

A adesão à tecnologia se impôs como realidade definitiva para um homem que se entendia como super-humano em rivalidade com a máquina ou como infra-humano, se entendido como objetivado pela máquina. Nesse panorama a comunicação se confirmou como ciência do poder, mas pouco autônoma, porque submissa às tecnologias que se impõem como ação inteligente, ao mesmo tempo que sujeitam a comunicação às leis do mercado e do consumo.

Ao contrário, a mediação supõe interação que se faz através da singularidade comum a todos, pois se concebe em programas alternativos e em constante transividade entre afirmação e pergunta, entre explicação e respostas condicionadas pelas possibilidades do que se inventa, na mesma medida em que se processa a mediação entre mentes e corpos.

É evidente que mentes e corpos aderentes supõem ir muito além de uma simples transmissão, pois exigem a configuração de outra comunicação sempre a se consumir, sem nunca se finalizar. Nessa constante, é necessário entender a mediação como campo de tensão entre o sujeito e sua alteridade:

A partir de este presupuesto imanentista se delinea una antropología de lo viviente – una verdadera “biofilosofía” – en que forma y matéria, interior y exterior, sujeto y objeto se determinan cada uno como la modalidad de expresión y despliegue del otro. El cuerpo, en este sentido, ya no es considerado el envoltorio o el instrumento, sino la raíz orgánica de la actividad intelectual, así como se interpreta, a su vez, el intelecto como la resultante espiritual de los procesos corpóreos (Esposito, 2005, p. 136).

É evidente que considerando a imanência mente e corpo e dentro de uma perspectiva genealógica se encontram inúmeros discursos e configurações que prenunciam o contemporâneo e permitem pressentir que o século XXI não será encantado pela tecnologia, mas, permitindo-se conviver com ela, concretizará todas as possibilidades de descobertas que só se realizarão se forem construídas, em tempo real e espaço planetário, entre mentes e corpos em contato, mas sem isomorfias ou simetrias. Uma midiaticização não de mentes e corpos, mas entre corpos e mentes, visto que o contato dos corpos antecipa a performance sempre imperfeita, mas constante, das mentes em diálogo. Será essa a autonomia que se pode considerar para a comunicação do século XXI? Em outro patamar estético e distante do espetacular midiático, construir essa nova performance será a tarefa criativa da comunicação contemporânea?

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. 1970. *La poétique de Dostoievski*. Paris, Seuil.
- BAKHTIN, Mikhail. 2011. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes.
- BATESON, Gregory. 2006. *Una unidad sagrada: pasos ulteriores hacia una ecología de la mente*. Barcelona, Gedisa.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. 2004. *Uma história social da mídia de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BYUNG-CHUL HAN. 2014. *Psicopolítica*. Barcelona, Herder.
- CASTELLS, Manuel. 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- DERRIDA, Jacques. 2004. Entrevista. In: Giovanna BORRADORI (org.), *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ESPOSITO, Roberto. 2005. *Immunitas: protección y negación de la vida*. Buenos Aires, Amorrortu.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2006. *Império*. Rio de Janeiro, Record.
- LAZZARATO, Maurizio. 2006. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LOGAN, Robert K. 2012. *Que é informação? A propagação da informação na biosfera, na simbiosfera, na tecnosfera e na ecosfera*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC Rio.
- RANCIÈRE, Jacques. 1996. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo, Ed. 34.
- SIMONDON, Gilbert. 2007. *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Buenos Aires, Prometeo Libros.
- SLATER, Phil. 1978. *Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- TARDE, Gabriel. 2005. *A opinião e as massas*. São Paulo, Martins Fontes.

Artigo submetido em 30-04-2018
Aceito em 16-11-2018